

Proposta de Observações Conclusivas

Prof. Dr. Jorge Teixeira da Cunha
(Universidade Católica Portuguesa – Porto – Portugal)
jtcunha@porto.ucp.pt

Uma descrição da moral luso-brasileira

Num primeiro momento, façamos um pouco de “ética descritiva”. Por muito aleatório que seja, podemos fazê-la na base de alguns momentos do debate que teve lugar durante o colóquio e na base de outros elementos de atualidade ou de elementos comuns da história dos nossos países.

Podemos trazer à cena, em primeiro lugar, a visão pessimista do homem de rua sobre a política brasileira e portuguesa. Mesmo sem fazer estudos, existe um sentimento muito generalizado sobre a incompetência e maldade dos governantes (democraticamente eleitos), sobre a corrupção da vida política e sobre a impossibilidade ou a grande dificuldade de a moralizar a política.

Outro fato é mostrado por estudos recentes segundo os quais, em Portugal, as pessoas usam os transportes públicos de forma fraudulenta, quer dizer, sem pagar o respectivo bilhete. Isso, porque nesses transportes quase não existe fiscalização da posse do respectivo título. Pelo contrário, noutro tipo de transporte em que esse controle é feito, a prática da fraude diminui para níveis irrisórios.

Olhemos ainda, a título de exemplo, a forma de, no Brasil (e também em Portugal), se ordenar o tráfego automóvel nas estradas. Esse ordenamento é feito mediante barreiras físicas que constroem os automobilistas a abrandar a velocidade. De outro modo, não o fariam. Quer dizer, não têm capacidade de automoderação.

Estes fatores, assim rapidamente enumerados, mostram a dificuldade de os nossos povos se autorregularem mediante um impulso interior, quer dizer, por uma interiorização da norma moral.

Como foi citado durante o colóquio, existe nas nossas culturas uma consciência bastante difundida da prevalência do direito sobre a moral, quer dizer, que sem sanção legal, não se induzem comportamentos. Foi citado um aforismo segundo o qual “a ética republicana é a conformidade com a lei civil”. Em certa altura aludiu-se ao debate português sobre a questão da despenalização do aborto, momento que mostrou a dificuldade em distinguir entre moral e ética, e entre ética e direito.

Será que esta impossibilidade vem e hoje ou do passado? Certamente vem do passado, como foi recordado em diversas ocasiões do colóquio. De um passado comum e de um passado específico. Um passado comum, caracterizado pelo absolutismo monárquico que não promoveu a educação autônoma do povo, mas a sua prolongada submissão e heteronomia. Em algum momento,

a permanência da heteronomia foi ligada à prevalência da contrarreforma católica nos nossos países. Pela prolongada (até aos nossos dias) impossibilidade de distinguir entre moral e ética (ciência da moral).

Por certo, não esquecemos as virtualidades e virtudes morais dos nossos povos. A heroicidade e fortaleza, a entejuda e fraternidade, a generosidade, a esperança. Mas não é o momento de um estudo exaustivo.

As propostas éticas

Frente a este estado moral de coisas, muito sumariamente descrito, as diversas éticas propostas no colóquio, posicionam-se de formas muito diferentes. Vamos aludir brevemente a isso.

Um primeiro grupo de éticas posiciona-se de forma que, à falta de melhor, chamaremos “revolucionária”. É o caso das éticas positivistas que propõem grandes projetos de intervenção sobre a moral, de grandes programas de desenvolvimentos cultural e econômico, mesmo através da mudança política. Não esqueçamos que o republicanismo bebeu preferencialmente neste contexto.

O caminho da analítica existencial (M. Heidegger), cujo pensamento igualmente esteve presente no colóquio, representa, por sua vez, uma proposta de crítica radical da cultura. A sua radical crítica do humanismo ocidental vai nesta direção. A inutilização das ideias de “dignidade humana”, de “pessoa” são exemplo deste caminho. Acrescente-se ainda que as éticas de influência nietzschiana (Raul Proença, etc.) podem ser elencadas na linha desta via anti-humanista.

Outros pontos de vista podem ser apresentados como moderadamente reformistas. Cremos que são exemplos desta via as éticas culturalistas, fenomenológicas, existencialistas, idealistas, dialéticas, tal como foram apresentadas ao colóquio. De um modo geral, confrontam-se com a realidade de forma crítica para a fazer evoluir para uma mais alto nível de autenticidade.

Outro grupo é constituído pelas éticas que podemos chamar conformistas. É o caso do neotomismo e do criacionismo. Estas pressupõem a consistência moral da realidade, seja pela sua origem divina, seja por outra explicação e a sua proposta interpretativa vai no sentido de identificar os sinais do bem e de orientar a liberdade para o fim intrínseco imanente à realidade.

Existe ainda outro grupo que são as éticas utilitaristas. Estas são menos ambiciosas quanto à possibilidade de conhecer metafisicamente a realidade e de propor grandes narrativas ao mundo moral. Por isso, contentam-se com justificar algumas balizas para a liberdade humana que tornem possível a existência em sociedade e a optimização do bem-estar para o maior número.

O fundamento antropológico

Tentando entrar um pouco mais profundamente nas raízes do mundo moral e do discurso ético, encontramos o nível antropológico ou metafísico da realidade. Elementos deste nível foram também visíveis em surdina durante o colóquio.

Parece que se pode encontrar um elemento de pessimismo antropológico e de rigorismo nas éticas positivistas e num pensamento como o de Sampaio Bruno (com a sua omnipresente ideia de mal), devido à sua pouca confiança na possibilidade de os seres humanos chegarem ao nível da autonomia e do autogoverno pós-convencional. Daí, a necessidade de programas educativos (ex. secularização) impostos nem que seja pela força. Não se diz ainda hoje em Portugal e no Brasil que os nossos países apenas se desenvolvem no contexto da ditadura? Pomos a hipótese de esta ideia ser uma continuidade das velhas correntes jansenistas da modernidade.

A corrente da analítica existencial parece-nos claramente de matriz estoica. Trata-se de uma ética que vê o sentido da vida na renúncia e numa “contemplação carinhosa da angústia” (Agustina).

Por estranho que pareça, salvo melhor opinião, o caminho aristotélico-tomista não encontra uma grande ressonância na nossa cultura luso brasileira. As posições tomistas que foram apresentadas são, de certo modo periféricas (Craveiro, Zilles, Scantimburgo). Um verdadeiro aristotelismo, com o seu cognitivismo e intelectualismo ético não é frequente entre nós.

Mesmo que a ética utilitarista não tenha tido um grande lugar no colóquio (Sottomayor Cardia), ela corresponde a um elemento muito típico da cultura luso-brasileira. De facto, ela filia-se, em último caso no cepticismo e na desconfiança em relação a um sentido último para a vida. Parece-nos que é a ética própria do encontro de culturas, da desilusão de quem muito viaja à procura da fortuna.

Qual o lugar da religião cristã nas propostas éticas apresentadas? É uma reflexão difícil. Nas correntes revolucionárias, encontramos programas de superação da religião ou de sua substituição por uma religião racionalmente demonstrada. Em outras correntes, podemos identificar uma nostalgia da Reforma (protestante, moderna) e um ressentimento contra o catolicismo contrarreformista. Nas correntes tomistas e espiritualistas, encontramos a admissão do fato religioso cristão, de forma assumida. Mas nenhuma das correntes que foram objeto de estudo visa o fenómeno religioso como lugar de obscurecimento da norma moral (fanatismo, dogmatismo), mas também como lugar de descoberta e de aperfeiçoamento da mesma norma (cristianismo racional, mística, etc.). Mas este não era o objetivo do colóquio.